

A retórica e a realidade

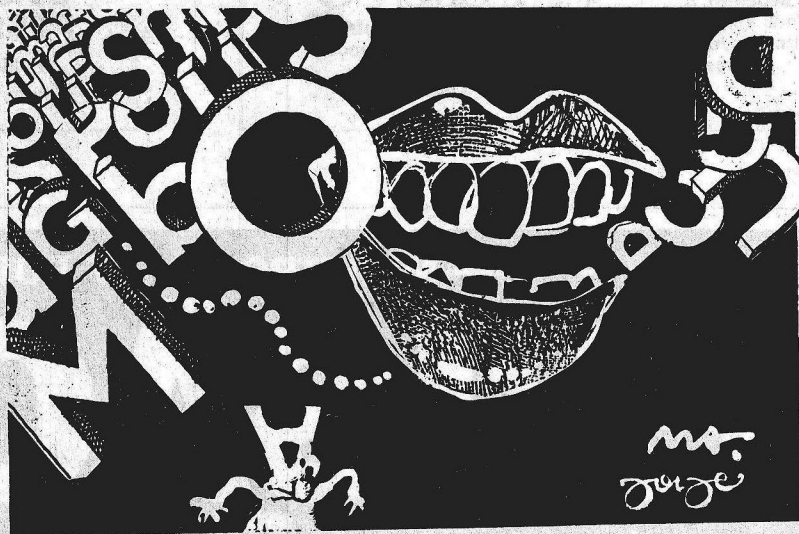
JORNAL DA TARDE
CARLOS ALBERTO LONGO

* 7 OUT 1993

Aumenta o fosso entre a retórica e a realidade política econômica do governo Itamar. O governo se vangloria dos indicadores de crescimento industrial, da queda dos juros reais, da acumulação de reservas, da liberalização comercial e do programa de privatização. Porém, a abertura e a privatização começaram na administração anterior, sendo que o aquecimento da economia e o desempenho externo são efêmeros. Decorrem de ações recentes — políticas fiscal, monetária e cambial expansionistas — que terão que ser revertidas, sob pena de se intensificar a atual aceleração inflacionária. Aliás, o vigor da produção industrial já arrefeceu e os juros reais voltaram a subir.

Tendo a inflação alcançado níveis estratosféricos, é preciso atacá-la frontalmente. Essa conversa de que primeiro se faz o ajuste fiscal e depois se cuida da desindexação não é realista. Só um ingênuo imagina que o Congresso vai se debruçar sobre temas tais como partilha de tributos, reservas de mercado e garantias de estabilidade, enquanto a moeda perde irreparavelmente o valor. Contudo, Fernando Henrique Cardoso está confiante: **"Aquilo que estava ao nosso alcance foi executado, e agora é a vez de o Congresso colaborar com a revisão constitucional"**, afirma. Acontece que pouco foi feito: o corte de gastos no Programa Ação Imediata é insuficiente, a abertura das contas do Banco Central tem efeito apenas contábil e o IPMF não passou no Judiciário. Ademais, não há projetos de reforma tributária, sendo que a programação orçamentária de 94 revela um déficit operacional da ordem de 8% do PIB.

O ministro da Fazenda — o quarto desse governo —, após 120 dias no poder, não tem espaço político para dar a volta por cima. Assumiu dizendo que tinha



FHC DEMONSTRA INSEGURANÇA QUANTO À NATUREZA DO CHEQUE, AO 'TIMING' E À SUA CAPACIDADE DE IMPLANTAÇÃO.

“carta branca”. Não foi o que se constatou: indicou poucos auxiliares, alguns até por acaso (presidência do Banco Central e do BNDES); e não fala só sobre problemas da sua área, pois sofre a concorrência estridente e contraditória de seus colegas de ministério, das lideranças do Executivo no Congresso e quando não do próprio Planalto.

Em clima de hiperinflação, sempre que se troca a guarda na condução da política econômica, esperam-se medidas duras e radicais. A demora para lançar um plano de estabilização pode ser fatal. FHC demonstra insegurança quanto à natureza do choque, ao **timing** e à sua capacidade de implantação. Acresce que a sua equipe não é homogênea. Divide-se entre os especialistas em **“missões especiais”** e os que põem a mão na massa. Aqueles cheios de imaginação criadora e sobretudo

afáveis no trato. Estes zelosos e competentes e sem poder de fogo. Com verve e nítida vocação parlamentar, o ministro convence no plano das idéias, mas não da execução.

A Fazenda anuncia agora um pacote fiscal destinado a economizar US\$ 30 bilhões para o Tesouro Nacional. É desconcertante. Se por um lado é preciso reduzir transferências e gastos federais nos Estados e municípios, para atenuar as extravagâncias da demagogia federalista, por outro não se compreende que um assunto tão polêmico e sensível seja colocado de forma tão ligeira, e no Exterior. Há necessidade sim de descentralizar gastos públicos e competências tributárias. Todavia o governo tem que ter antes um projeto para viabilizá-lo politicamente. Não há tal coisa. A confusão é geral. O secretário da Receita Federal diz ser contra a

reforma tributária, o presidente da República nomeou duas comissões para sugerir mudanças na Constituição e o seu líder na Câmara entende que a revisão constitucional é de responsabilidade exclusiva do Congresso.

O plano de estabilização deveria ter sido lançado há muito tempo, possivelmente quando se cortaram os três zeros e mudou-se o nome da moeda. O plano em si deveria ter contemplado uma reprogramação completa e definitiva do orçamento da União (âncora fiscal) e do Banco Central (âncora monetária). Os índices oficiais de preços poderiam ter sido extintos e substituídos pela livre repactuação, admitindo-se como unidade de conta até moeda estrangeira. A taxa de câmbio seria neste caso flutuante, mas administrada pelas autoridades monetárias, contemplando se necessário restrições ao movimento de capitais.

Agora é tarde. As pressões políticas contrárias às mudanças estão enrijecidas pelo vácuo do Poder Executivo. A oportunidade histórica foi desperdiçada em quatro meses de discurso e boas intenções. Ao ministro restam poucas opções: levado pelas circunstâncias, terá que submeter ao Planalto um plano de desindexação feito às pressas, acoplado a propostas de medidas impopulares de cunho fiscal e monetário. O Planalto, conservador, irá recuar e sugerir modificações de caráter populista e temporizador. Seguirão discussões intermináveis e depois o impasse.

O AUTOR

Carlos Alberto Longo é professor titular do Departamento de Economia da USP

